

# economia & história



## Raízes do Brasil e as Constituintes

RÔMULO MANZATTO (\*)

*Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, tem sido um tema recorrente nessa seção de *Informações Fipe*.

Abordei o tema anteriormente em novembro de 2020, a partir do célebre prefácio de Antonio Candido a uma das edições da obra. Meses depois, já em junho de 2021, revisitei o assunto a partir do texto da aula magna ministrada por Fernando Henrique Cardoso no Instituto Rio Branco, no início dos anos 1990.

Recentemente, em julho deste ano, retomei o prefácio de Antonio Candido a partir da contribuição de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. Como apontam os autores, *Raízes do Brasil* é uma obra que não descansa. Publicado originalmente em 1936, a obra foi

sucessivamente alterada por seu autor, com recortes, supressões ou adições de trechos em textos que depois seriam consolidados em novas edições.<sup>1</sup>

A tortuosa construção do texto definitivo da obra mais conhecida de Sérgio Buarque de Holanda levou mais de três décadas. O texto da quinta edição foi publicado somente em 1969, agora acompanhado do prefácio de Antonio Candido. O significado de *Raízes do Brasil*, a partir de então, ganhou representações diversas, muitas delas construídas a partir da leitura de Candido.

Neste artigo, retomo mais uma vez a temática da obra de Sérgio Buarque a partir de outra rica avaliação de *Raízes do Brasil*, a de Elide Rugai

Bastos, que decidiu abordar as mudanças operadas por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra entre dois momentos políticos bastante representativos.<sup>2</sup>

Como aponta Elide Bastos, a primeira edição de *Raízes do Brasil* se insere no amplo conjunto de debates sociais provocados pelo processo de elaboração da Constituição de 1934, enquanto a segunda edição está imersa no contexto político e social de discussão da Constituição de 1946.

O formato que a obra de Buarque de Holanda adquiriu nessas duas primeiras edições tem muito a ver com os debates políticos de cada época e com os problemas nacionais enfrentados em cada contexto. No primeiro momento, na década

de 1930, a tônica do debate tinha caráter positivo, de proposição de novos padrões políticos que pudessem encerrar a cultura política herdada da República Velha. Já no segundo momento, na década de 1940, a combinação era de amplitude política, com o advento dos novos partidos políticos, e de resistência pela negativa, agora voltada a evitar o retorno aos períodos de autoritarismo político explícito, como aponta Rugai Bastos.

Segundo a autora, esses dois momentos representam duas conjunturas políticas profundamente distintas. Em 1934, o debate tinha como foco a proposição de novos arranjos institucionais que pudessem contribuir para a consolidação de uma unidade nacional. Na década seguinte, em 1946, essa questão já parecia superada. Garantida a unidade nacional, as atenções agora se voltavam à chamada questão democrática e à ampliação da representação política democrática dos diferentes setores sociais na política institucional.

Ocorre que as ideias presentes em *Raízes do Brasil* não se movimentam sozinhas nesses contextos, como lembra Elide Bastos. Nos dois diferentes momentos, *Raízes do Brasil* dialoga com outras interpretações do Brasil, especialmente com a de Gilberto Freyre na avaliação das heranças da tradição ibérica no Brasil, acredita a autora.

Bastos vê com interesse as diferentes interpretações de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda sobre as influências ibéricas na formação da sociedade brasileira. Para a autora, Freyre e Buarque de Holanda partem de uma avaliação comum, que considera a tradição ibérica da “cultura da personalidade” como responsável pela ausência de uma hierarquia social rígida no Brasil, mas destaca que os efeitos políticos e sociais são vistos de maneira radicalmente diferentes por ambos.

Bastos afirma que, para Gilberto Freyre, a tradição ibérica e a influência da estrutura familiar patriarcal na formação do país teriam garantido certo aspecto de ordem e estabilidade à estrutura social no Brasil, a partir de um permanente equilíbrio de antagonismos que minimizaria a emergência de conflitos sociais. Já para Sérgio Buarque, os efeitos seriam outros, menos harmoniosos. Em sua visão, a tradição ibérica no Brasil seria a principal responsável pela ausência de uma moral específica do trabalho, o que acabava por constituir um obstáculo fundamental à emergência de uma ordem social em que pudessem conviver interesses divergentes, ou seja, a base para a consolidação de uma sociedade democrática.

Essa cultura ibérica da personalidade, prossegue Elide Bastos, é vista por Freyre e Buarque de Holanda como um elemento estrutu-

rador da sociedade no Brasil. Para Freyre, o personalismo português seria o responsável pela emergência de uma “riqueza de aptidões” no Brasil, ao mesmo tempo que configuraria a base da dominação patriarcal presente nos âmbitos privado e público no país. Já para Buarque de Holanda, o personalismo seria o causador de uma tensão permanente das sociedades ibéricas, uma vez que “o peso conferido a virtudes e feitos pessoais torna quase inevitável a desigualdade social, aceita como fundamento das relações sociais” (BASTOS, 2016, p. 409).

Aqui, Elide Bastos identifica uma mudança de posicionamento importante entre as duas versões de *Raízes do Brasil*. Na edição de 1936, Sérgio Buarque chega a caracterizar o personalismo como uma noção positiva; mas, na segunda edição, publicada em 1947, o personalismo passa a ser visto como fator negativo, desfavorável ao surgimento de dinâmicas sociais coletivas, tão importantes para a consolidação de uma cultura democrática no país.

Para Elide Rugai Bastos a diferença fundamental entre Freyre e Buarque de Holanda consiste em suas interpretações quanto aos efeitos políticos e sociais de um processo de colonização que transferiu ao Brasil os traços ibéricos característicos da cultura personalista. Nessa leitura, Freyre vê o personalismo e a família patriarcal como

elementos organizadores da sociedade brasileira. A família patriarcal teria atuado desde os primórdios da colonização como “unidade social básica”, criando o que Freyre considerava ser uma sociedade “autor-regulável”.

A leitura de Buarque de Holanda é diferente, afirma a autora. Sérgio Buarque reconhece o predomínio da esfera privada, da família patriarcal, sobre a esfera pública, mas considera um equívoco que o Estado possa ser visto como extensão da esfera familiar. Pelo contrário, para Sérgio Buarque o surgimento de um país moderno dependia fundamentalmente da superação dos traços da cultura personalista. Só assim o país seria capaz de constituir instituições democráticas capazes de regular a vida em sociedade.

Assim, a leitura de Elide Rugai Bastos sugere como Sérgio Buarque de Holanda, em dois momentos decisivos, combateu, por um lado, os atavismos coloniais da cultura personalista e, por outro, não cedeu às ideias que propunham a superação do passado colonial pela via autoritária. Essa é uma das lições de *Raízes do Brasil* que parece continuar mais atual, e necessária, do que nunca.

## Referências

BASTOS, Elide Rugai. Um livro entre duas Constituintes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**; (Org.) Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MANZATTO, Rômulo. O prefácio de Antonio Candido a *Raízes do Brasil*. **Informações Fipe**, n. 482, p. 105-107, nov. 2020.

\_\_\_\_\_. A aula magna de Fernando Henrique Cardoso no Instituto Rio Branco. **Informações Fipe**, n. 489, p. 39-40, jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Ainda o prefácio de Antonio Candido. **Informações Fipe**, n. 502, p. 74-75, jul. 2022.

MONTEIRO, Pedro Meira; Schwarcz, Lilia Moritz. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: O Historiador lê a si mesmo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**; (Org.) Pedro Meira Monteiro,

Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

1 Ver Manzatto (2020, 2021 e 2022) e Monteiro e Schwarcz (2016).

2 Ver Bastos (2016).

(\*) Economista (FEA-USP) e mestre em Ciência Política (DCP/FFLCH-USP). (E-mail: romulo.manzatto@gmail.com).